

O CETICISMO DE HUME*

Roberto Goto**

Historiadores da Filosofia formam consenso quanto a afirmar o ceticismo de Hume. Um ceticismo extremado: “. . . não posso senão esperar que alguma coisa menos cética do que o sistema de Hume possa ser descoberta”¹. Um ceticismo que não estaria apenas no fim dessa filosofia, mas também em sua origem: “o inquérito sobre o conhecimento tem por princípio e resultado o ceticismo”².

Contudo, se partimos da definição segundo a qual cético é aquele que se recusa a acreditar até mesmo nos seus sentidos, não deixa de ser curioso e paradoxal classificar como cética uma filosofia que, precisamente, funda o conhecimento sobre a crença, que toma a crença como positiva e a torna válida como ciência: a crença, diz Hume, é “o ato da mente que torna as realidades, ou o que tomamos por tais, mais presentes que as ficções, faz com que elas (as realidades) pesem mais no pensamento e lhes dá uma influência

superior sobre as paixões e a imaginação”³.

Encarada positivamente, a crença não é arbitrária, ela não se identifica com uma adesão cega e gratuita a uma determinada concepção. Ao contrário, a crença possui raízes na realidade, ela aparece objetivamente no sujeito que se sente constrangido pela própria realidade a afirmar que as coisas são de tal forma e não de outra. Não é, como as ficções da imaginação, pura produção da mente; ela corresponde a dados exteriores ao sujeito, a fatos e seres que possuem existência real e objetiva. Logo, a crença não nega o conhecimento; ela é o próprio conhecimento. Legitima-se como ciência pelo fato de impor-se como faculdade comum a todos os sujeitos congocentes.

Desde já, portanto, é preciso apontar para a diferença que separa o ceticismo de Hume do ceticismo dos pensadores anteriores. Na Antigüidade,

* Este trabalho foi escrito em 1976. Desencavo-o para publicação na crença (espero que num sentido próximo do de Hume) de que pode ser útil aos jovens estudantes que se interessam por Filosofia.

** O autor é professor de Filosofia na EEPG Dom João Nery – Campinas-SP.

1. Bertrand Russell, “Hume”, in *História da Filosofia Ocidental*, vol. III, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1969, p. 200.
2. Gilles Deleuze, “Hume”, in François Châtelet (dir.), *História da Filosofia*, vol. 4, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974, p. 65.
3. David Hume, *Investigação sobre o Entendimento Humano*, in *Os Pensadores* vol. XXIII, São Paulo, Abril S.A., 1973, p. 148.

como também no início da Idade Moderna, o ceticismo implicava de um lado a descrença acerca do conhecido e, de outro, o relativismo do conhecimento: os sentidos são postos em dúvida e em questão (eles nos enganam) e não existe verdade, mas pontos de vista individuais e subjetivos. Em contraste, Hume estabelece a confiança nos sentidos e a crença como fundamento de um conhecimento objetivo.

Seria de fato paradoxal que Hume, partindo do empirismo, concluísse por negar a própria ciência empírica. Na verdade, nega-a e não a nega ao mesmo tempo. Nega-a quando diz que "a natureza nos tem ocultado muito bem todos os seus segredos, concedendo-nos apenas o conhecimento de algumas qualidades superficiais dos objetos, enquanto nos nega a visão dos poderes e princípios de que dependem inteiramente esses objetos"⁴. Algum tempo ainda será necessário para mostrar que o ser humano, como sujeito prático e ativo, pode promover a experimentação das coisas no sentido de penetrar suas estruturas internas. A própria ciência empírica mostrou por que o pão alimenta, o caminho de seus elementos nutrientes pelo metabolismo humano. Mas para Hume o sujeito jamais poderia aprofundar seu conhecimento do objeto a fim de descobrir seus elementos ou processos internos, subjacentes.

Esta visão é resultado, em última análise, da atitude anti-metafísica de Hume. Seus valores epistemológicos mais altos, que ele formula repetida-

mente no seu ensaio, são a prudência e a modéstia. Ele não quer retirar da realidade aquilo que ela não autoriza, não concede. Às pretensões metafísicas do racionalismo, opõe a sua humildade empirista. Todo conhecimento acerca da realidade — excluindo as idealidades matemáticas — provém da experiência; nenhum pertence intrínseca e primeiramente à Razão. No exame do problema da causa-e-efeito, o argumento principal diz que, se fosse apresentado um objeto à Razão, esta jamais derivaria *a priori* o efeito do qual o objeto é causa; a Razão apontaria apenas efeitos arbitrários, pois não é possível, sem a experiência, inferir necessariamente de uma coisa (ou de suas qualidades superficiais) aquilo que ela produz.

Para Hume, as coisas possuem poderes secretos e ocultos que não são dados a conhecer ao homem, nem pela Razão nem pela experiência. Ele associa esses poderes à essência da coisa. Procurar conhecer a essência significa fazer metafísica, ou seja, ir além do que a experiência permite e, assim, ingressar numa região onde o conhecimento não pode sustentar-se senão sobre ficções arbitrárias. (Aqui, com efeito, o ceticismo impede qualquer apologia de cunho cientificista: a identificação dos "poderes ocultos" da coisa com sua essência metafísica tem como consequência lógica uma clara configuração dos limites da ciência).

O que Hume empreende, ao nível do sujeito, assemelha-se ao que Berkeley propunha ao nível de objeto. As-

4. David Hume, *op. cit.*, p. 141.

sim como Berkeley promove um desnudamento do objeto, não admitindo nem mesmo as qualidades primárias estabelecidas por Locke, recusando-as como princípios metafísicos, Hume executa uma poda nas faculdades subjetivas, não reconhecendo qualquer conhecimento *a priori* ou inato. Os resultados dessas concepções são, entretanto, bastante diferentes. Enquanto Berkeley termina num imaterialismo subjetivista, Hume tende a um objetivismo onde o conhecimento, à exceção do matemático, só pode derivar do objeto empírico. Ainda aqui, todavia, não se pode dizer que a sua posição tenha como conseqüência a negação total da ciência ou um ceticismo radical.

Limitada e refreada no caminho que leva ao conhecimento das "qualidades secretas" das coisas, a ciência encontra no entanto as vias abertas para se constituir como saber certo e seguro (o que não significa infalível e necessário). Se, ontologicamente, não existem leis universais e necessárias ordenando as coisas, existem entretanto normas universais e constantes conduzindo o curso do conhecimento. Tanto o hábito quanto a crença constituem faculdades cognoscitivas, isto é, possuem valor epistemológico positivo. Pelo hábito, ainda que a realidade não o avalize, o homem pode dizer que o sol nascerá amanhã (ou seja, pode predizer efeitos e causas já conhecidas, pode confiar no futuro e guiar-se na ação). Através da crença o homem sabe que aquilo que afirma possui sustentação na realidade.

Um ceticismo desse tipo pode ser alcançado, em nosso tempo, no pensamento de um Wittgenstein, para quem relações de necessidade existem unicamente dentro da lógica. ("Não há obrigação para algo acontecer depois de alguma coisa ter acontecido. Não há necessidade que não seja *lógica*"⁵). Pode ser reencontrado também no popular senso-comum, que nele veria menos ceticismo do que "realismo", sensatez. (O que poderíamos chamar de empirismo vulgar ou popular facilmente se convence de que não existem avais definitivos da realidade para a afirmação categórica de que "o sol nascerá amanhã" como se se tratasse de uma necessidade lógica).

Prudente e modesto, segundo ele próprio, Hume procura colocar em questão as altas pretensões epistemológicas dos filósofos. O título original de sua obra mais famosa é sintomático: o que ele pretende é promover um *inquérito* sobre as capacidades cognoscitivas do ser humano. Mas, ao mesmo tempo, não deixa de salvaguardar a segurança — teórica e prática — do ser humano. Desenvolve esse trabalho no *Tratado da Natureza Humana*, cujo título é também significativo: ele reconhece um substrato comum aos seres humanos; admite portanto que os homens, em sua universalidade, pela crença e pelo hábito, conhecem, em seus fundamentos, por processo idênticos. ("Natureza humana significa que o que é universal ou constante no espírito humano não é jamais tal ou qual idéia

5. Ludwig Wittgenstein, *Tractatus Logico-Philosophicus*, proposição 6.37. São Paulo, Cia. Ed. Nacional-Edusp, 1968, p. 125. A proposição imediatamente anterior (6.36311) toca, justamente, na questão posta: "Que o sol se levante amanhã, é uma hipótese, e isto quer dizer: não sabemos se se levantará."

como termo, mas somente maneiras de passar de uma a outra idéia particular⁶).

Dessa forma, a ciência que foi

parcialmente negada ao nível ontológico é garantida na dimensão epistemológica. As leis universais que não existiriam em relação às coisas são admitidas no que diz respeito ao pensamento.

6. Gilles Deleuze, op. cit., p. 61.